



UNIRIO

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO
DO RIO DE JANEIRO

Assistente social

EDITAL Nº 190, DE 13 DE OUTUBRO DE 2025

CÓD: SL-1180T-25
7908433285281

Língua Portuguesa

1. Compreensão e interpretação de texto	9
2. Tipologia e gêneros textuais	10
3. Figuras de linguagem	12
4. Significação de palavras e expressões; Relações de sinonímia e de antonímia	14
5. Ortografia.....	19
6. Acentuação gráfica.....	20
7. Uso da crase.....	21
8. Morfologia: classes de palavras variáveis e invariáveis e seus empregos no texto.....	22
9. Locuções verbais (perífrases verbais)	31
10. Funções do “que” e do “se”	33
11. Formação de palavras	35
12. Elementos de comunicação	36
13. Sintaxe: relações sintático-semânticas estabelecidas entre orações, períodos ou parágrafos (período simples e período composto por coordenação e subordinação)	37
14. Concordância verbal e nominal	40
15. Regência verbal e nominal	41
16. Colocação pronominal	44
17. Emprego dos sinais de pontuação e sua função no texto.....	45
18. Elementos de coesão	47
19. Função textual dos vocábulos.....	48
20. Variação linguística	52

Informática

1. Conceitos e fundamentos básicos	59
2. Conhecimento e utilização dos principais softwares utilitários (compactadores de arquivos, chat, clientes de e-mails, reprodutores de vídeo, visualizadores de imagem, antivírus)	60
3. Periféricos de computadores	61
4. Ambientes operacionais: utilização básica dos sistemas operacionais Windows 10 e 11	64
5. Utilização de ferramentas de texto, planilha e apresentação do pacote Microsoft Office (Word, Excel e PowerPoint) - versões 2013, 2016 e 365	88
6. Conceitos de tecnologias relacionadas à Internet, busca e pesquisa na Web. Navegadores de internet: Microsoft Edge, Mozilla Firefox, Google Chrome.....	131
7. Conceitos básicos de segurança na Internet e vírus de computadores	135
8. Utilização de ferramentas de inteligência artificial: aspectos legais, éticos e técnicos.....	139

Raciocínio Lógico e Matemático

1. Raciocínio Lógico e matemático: resolução de problemas envolvendo frações	147
2. Conjuntos.....	148
3. Conjuntos numéricos. Relações entre conjuntos.....	151
4. Equações de 1º grau	163
5. Razão. Proporção	164
6. Regra de três simples.....	166
7. Análise combinatória: permutação, arranjo, combinação.....	168
8. Probabilidade.....	172
9. Juros simples. Juros compostos	174
10. Proposições. Conectivos. Equivalência e implicação lógica	177
11. Lógica argumentativa.....	182
12. Raciocínio sequencial (com números, com figuras, de palavras).....	186

Conhecimentos Específicos Assistente social

1. Fundamentos históricos, teóricos e metodológicos do Serviço Social; Construções teórico-metodológicas do Serviço Social.....	193
2. Materialismo Histórico Dialético e a práxis profissional	199
3. Serviço Social e Economia Política	206
4. A questão social no Brasil; Serviço Social e as respostas político-institucionais à questão social	207
5. Judicialização da questão social.....	211
6. Política Nacional de Educação Superior e Política Nacional de Assistência Estudantil	214
7. Instrumentalidade no trabalho do/a assistente social; Instrumentos e técnicas do Serviço Social; abordagens individuais e grupais; estudo social, relatório social, parecer social e laudo social.....	216
8. Dimensão pedagógica do trabalho profissional.....	224
9. Fundamentos, mediações e processos educativos na intervenção profissional.....	225
10. Perícia social: objetivos, metodologia, laudo e parecer.....	229
11. Trabalho e Serviço Social na contemporaneidade	233
12. A intersetorialidade, a interdisciplinaridade, a multidisciplinaridade e o trabalho em rede como dispositivos do trabalho institucional	235
13. Pesquisa, planejamento, gestão, assessoria, consultoria e supervisão	240
14. A Família brasileira; transformações e configurações familiares; relações de gênero e intergeracionais; familismo.....	247
15. O Serviço Social e a intervenção junto à família em suas diversas dimensões: conceitos, historicidade e configurações contemporâneas	251
16. Violência Intrafamiliar; violência contra crianças e adolescentes; violência intrafamiliar e doméstica contra a mulher	258
17. Plano Nacional de Convivência Familiar e Comunitária	263
18. O Projeto Ético-Político do Serviço Social	267
19. Dispõe sobre a profissão de Assistente Social e dá outras providências (Lei nº 8.662, de 7 de junho de 1993)	272
20. Diretrizes Curriculares da ABEPSS.....	274
21. Código de Ética Profissional do/a Assistente Social; Resoluções do CFESS.....	274

ÍNDICE

22. Proteção social e políticas públicas.....	282
23. Controle social	286
24. Atuação do Serviço Social nas políticas públicas	290
25. Seguridade Social.....	293
26. Sistema Único de Saúde (SUS)	324
27. Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS - Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993)	331
28. Sistema Único de Assistência Social (SUAS).....	350
29. Norma Operacional Básica do SUAS (NOB/SUAS - Resolução CNAS nº 33/2012).....	356
30. Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do SUAS (NOB-RH/SUAS - Resolução CNAS nº 269/2006)	358
31. Política Nacional de Assistência Social (PNAS).....	359
32. Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais (Resolução CNAS nº 109, de 11 de novembro de 2009, e suas atualizações	365
33. Política Nacional de Saúde (PNS); benefícios socioassistenciais (continuados e eventuais).....	367
34. As políticas sociais voltadas para segmentos específicos - infância e juventude, pessoas idosas, mulheres, pessoas com deficiência, pessoas com transtornos mentais, pessoas em situação de uso de álcool e outras drogas, indígenas, quilombolas, afro-brasileiros, população trans, população de rua e pessoa incapaz.....	370
35. Direitos Humanos	383
36. Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei n. 8.069, de 13 de julho de 1990).....	389
37. Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo - SINASE (Lei nº 12.594, de 18 de janeiro de 2012).....	428
38. Estatuto da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015).....	440
39. Estatuto da Pessoa Idosa (Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003).....	458
40. Lei Maria da Penha (Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006).....	469

Material Digital Legislação

1. Regime jurídico dos servidores públicos civis da união - lei nº 8.112/1990	3
2. Lei geral de proteção de dados pessoais (lei nº 13.709/2018)	28
3. Constituição federal do Brasil: dos princípios fundamentais; dos direitos e garantias fundamentais; dos direitos e deveres individuais e coletivos; da administração pública; dos servidores públicos	42
4. Lei de acesso à informação - lei nº 12.527/2011	53
5. Ética no serviço público: código de ética profissional do servidor público civil do poder executivo federal - decreto nº 1.171/1994	60
6. Regula o processo administrativo no âmbito da administração pública federal - lei 9.784/1999	63
7. Dispõe sobre as sanções aplicáveis em virtude da prática de atos de improbidade administrativa, de que trata o § 4º do art. 37 da constituição federal; e dá outras providências - lei 8.429/1992.....	69
8. Dispõe sobre a forma de tratamento e de endereçamento nas comunicações com agentes públicos da administração pública federal - decreto nº 9.758/2019.....	86



LÍNGUA PORTUGUESA

COMPREENSÃO E INTERPRETAÇÃO DE TEXTO

Embora correlacionados, esses conceitos se distinguem, pois sempre que compreendemos adequadamente um texto e o objetivo de sua mensagem, chegamos à interpretação, que nada mais é do que as conclusões específicas.

Exemplificando, sempre que nos é exigida a compreensão de uma questão em uma avaliação, a resposta será localizada no próprio texto, posteriormente, ocorre a interpretação, que é a leitura e a conclusão fundamentada em nossos conhecimentos prévios.

COMPREENSÃO DE TEXTOS

Resumidamente, a compreensão textual consiste na análise do que está explícito no texto, ou seja, na identificação da mensagem. É assimilar (uma devida coisa) intelectualmente, fazendo uso da capacidade de entender, atinar, perceber, compreender.

Compreender um texto é captar, de forma objetiva, a mensagem transmitida por ele. Portanto, a compreensão textual envolve a decodificação da mensagem que é feita pelo leitor.

Por exemplo, ao ouvirmos uma notícia, automaticamente compreendemos a mensagem transmitida por ela, assim como o seu propósito comunicativo, que é informar o ouvinte sobre um determinado evento.

INTERPRETAÇÃO DE TEXTOS

É o entendimento relacionado ao conteúdo, ou melhor, os resultados aos quais chegamos por meio da associação das ideias e, em razão disso, sobressai ao texto. Resumidamente, interpretar é decodificar o sentido de um texto por indução.

A interpretação de textos compreende a habilidade de se chegar a conclusões específicas após a leitura de algum tipo de texto, seja ele escrito, oral ou visual.

Grande parte da bagagem interpretativa do leitor é resultado da leitura, integrando um conhecimento que foi sendo assimilado ao longo da vida. Dessa forma, a interpretação de texto é subjetiva, podendo ser diferente entre leitores.

Exemplo de compreensão e interpretação de textos:

Para compreender melhor a compreensão e interpretação de textos, analise a questão abaixo, que aborda os dois conceitos em um texto misto (verbal e visual):

FGV > SEDUC/PE > Agente de Apoio ao Desenvolvimento Escolar Especial > 2015

Português > Compreensão e interpretação de textos

A imagem a seguir ilustra uma campanha pela inclusão social.



“A Constituição garante o direito à educação para todos e a inclusão surge para garantir esse direito também aos alunos com deficiências de toda ordem, permanentes ou temporárias, mais ou menos severas.”

A partir do fragmento acima, assinale a afirmativa incorreta.

- (A) A inclusão social é garantida pela Constituição Federal de 1988.
- (B) As leis que garantem direitos podem ser mais ou menos severas.
- (C) O direito à educação abrange todas as pessoas, deficientes ou não.
- (D) Os deficientes temporários ou permanentes devem ser incluídos socialmente.
- (E) “Educação para todos” inclui também os deficientes.

Resolução:

Alternativa A – Correta: A inclusão social está garantida na Constituição Federal de 1988, especialmente nos artigos que tratam dos direitos fundamentais e da educação (art. 205 e art. 206), bem como na garantia de acesso à educação para pessoas com deficiência (art. 208, III).

Alternativa B – Incorreta: O complemento “mais ou menos severas” refere-se às deficiências mencionadas no texto, e não às leis. Assim, a afirmação de que “as leis podem ser mais ou menos severas” não tem respaldo no trecho fornecido.

Alternativa C – Correta: O direito à educação é universal, ou seja, abrange todas as pessoas, incluindo aquelas com ou sem deficiência. Isso está de acordo com o trecho apresentado.

Alternativa D – Correta: O texto menciona explicitamente a inclusão de pessoas com deficiências permanentes ou temporárias, confirmando a afirmação.

Alternativa E – Correta: A expressão “educação para todos” inclui também as pessoas com deficiência, o que está claramente expresso no texto.

Resposta: Letra B.

TIPOLOGIA E GÊNEROS TEXTUAIS

Os **tipos textuais** configuram-se como modelos fixos e abrangentes que objetivam a distinção e definição da estrutura, bem como aspectos linguísticos de narração, dissertação, descrição e explicação. Além disso, apresentam estrutura definida e tratam da forma como um texto se apresenta e se organiza.

Existem cinco tipos clássicos que aparecem em provas: descritivo, injuntivo, expositivo (ou dissertativo-expositivo) dissertativo e narrativo. Vejamos alguns exemplos e as principais características de cada um deles.

► Tipo textual descritivo

A descrição é uma modalidade de composição textual cujo objetivo é fazer um retrato por escrito (ou não) de um lugar, uma pessoa, um animal, um pensamento, um sentimento, um objeto, um movimento etc.

Características principais:

- Os recursos formais mais encontrados são os de valor adjetivo (adjetivo, locução adjetiva e oração adjetiva), por sua função caracterizadora.
- Há descrição objetiva e subjetiva, normalmente numa enumeração.
- A noção temporal é normalmente estática.
- Normalmente usam-se verbos de ligação para abrir a definição.
- Normalmente aparece dentro de um texto narrativo.
- **Os gêneros descritivos mais comuns são estes:** manual, anúncio, propaganda, relatórios, biografia, tutorial.

Exemplo:

Era uma casa muito engraçada
Não tinha teto, não tinha nada
Ninguém podia entrar nela, não
Porque na casa não tinha chão
Ninguém podia dormir na rede
Porque na casa não tinha parede
Ninguém podia fazer pipi
Porque penico não tinha ali
Mas era feita com muito esmero
Na rua dos bobos, número zero
(Vinícius de Moraes)

► Tipo textual injuntivo

A injunção indica como realizar uma ação, aconselha, impõe, instrui o interlocutor. Chamado também de texto instrucional, o tipo de texto injuntivo é utilizado para prever acontecimentos e comportamentos, nas leis jurídicas.

Características principais:

- Normalmente apresenta frases curtas e objetivas, com verbos de comando, com tom imperativo; há também o uso do futuro do presente (10 mandamentos bíblicos e leis

- **Marcas de interlocução:** vocativo, verbos e pronomes de 2ª pessoa ou 1ª pessoa do plural, perguntas reflexivas etc.

Exemplo:

▪ **Impedidos do Alistamento Eleitoral (art. 5º do Código Eleitoral) Não podem alistar-se eleitores:** os que não saibam exprimir-se na língua nacional, e os que estejam privados, temporária ou definitivamente dos direitos políticos. Os militares são alistáveis, desde que oficiais, aspirantes a oficiais, guardas-marinha, subtenentes ou suboficiais, sargentos ou alunos das escolas militares de ensino superior para formação de oficiais.

► Tipo textual expositivo

A dissertação é o ato de apresentar ideias, desenvolver raciocínio, analisar contextos, dados e fatos, por meio de exposição, discussão, argumentação e defesa do que pensamos. A dissertação pode ser expositiva ou argumentativa.

A dissertação-expositiva é caracterizada por esclarecer um assunto de maneira atemporal, com o objetivo de explicá-lo de maneira clara, sem intenção de convencer o leitor ou criar debate.

Características principais:

- Apresenta introdução, desenvolvimento e conclusão.
- O objetivo não é persuadir, mas meramente explicar, informar.
- Normalmente a marca da dissertação é o verbo no presente.
- Amplia-se a ideia central, mas sem subjetividade ou defesa de ponto de vista.
- Apresenta linguagem clara e imparcial.

Exemplo:

O texto dissertativo consiste na ampliação, na discussão, no questionamento, na reflexão, na polemização, no debate, na expressão de um ponto de vista, na explicação a respeito de um determinado tema.

- **Existem dois tipos de dissertação bem conhecidos:** a dissertação expositiva (ou informativa) e a argumentativa (ou opinativa).

Portanto, pode-se dissertar simplesmente explicando um assunto, imparcialmente, ou discutindo-o, parcialmente.

► Tipo textual dissertativo-argumentativo

Este tipo de texto — muito frequente nas provas de concursos — apresenta posicionamentos pessoais e exposição de ideias apresentadas de forma lógica. Com razoável grau de objetividade, clareza, respeito pelo registro formal da língua e coerência, seu intuito é a defesa de um ponto de vista que convença o interlocutor (leitor ou ouvinte).

INFORMÁTICA

CONCEITOS E FUNDAMENTOS BÁSICOS

A informática, ou ciência da computação, é a área dedicada ao processamento automático da informação por meio de sistemas computacionais. Seu nome, derivado da fusão das palavras “informação” e “automática”, reflete o objetivo principal: utilizar computadores e algoritmos para tratar, armazenar e transmitir dados de forma eficiente e precisa.

A evolução da informática começou com dispositivos de cálculo simples, como o ábaco, e avançou significativamente ao longo dos séculos. No século 17, Blaise Pascal criou a Pascaline, uma das primeiras calculadoras mecânicas. Já no século 19, Charles Babbage projetou a Máquina Analítica, precursora dos computadores modernos. Ada Lovelace, sua colaboradora, escreveu o primeiro algoritmo destinado a ser executado por uma máquina, tornando-se a primeira programadora da história.

No século 20, a informática passou por transformações revolucionárias. Surgiram os primeiros computadores eletrônicos, como o ENIAC, que usava válvulas para realizar cálculos em grande velocidade. A invenção do transistor e dos circuitos integrados possibilitou a criação de computadores menores e mais rápidos, e, com a chegada dos microprocessadores, os computadores pessoais começaram a se popularizar.

Hoje, a informática permeia praticamente todos os aspectos da vida cotidiana, desde smartphones até sistemas avançados de inteligência artificial. A área segue em constante inovação, impulsionando mudanças significativas em como nos comunicamos, trabalhamos e interagimos com o mundo ao nosso redor.

Fundamentos de Informática

- **Computador:** é uma máquina capaz de receber, armazenar, processar e transmitir informações. Os computadores modernos são compostos por hardware (componentes físicos, como processador, memória, disco rígido) e software (programas e sistemas operacionais).
- **Hardware e Software:** hardware refere-se aos componentes físicos do computador, enquanto o software refere-se aos programas e aplicativos que controlam o hardware e permitem a execução de tarefas.
- **Sistema Operacional:** é um software fundamental que controla o funcionamento do computador e fornece uma interface entre o hardware e os programas. Exemplos de sistemas operacionais incluem Windows, macOS, Linux, iOS e Android.
- **Periféricos:** são dispositivos externos conectados ao computador que complementam suas funcionalidades, como teclado, mouse, monitor, impressora, scanner, alto-falantes,

- **Armazenamento de Dados:** refere-se aos dispositivos de armazenamento utilizados para guardar informações, como discos rígidos (HDs), unidades de estado sólido (SSDs), pen drives, cartões de memória, entre outros.

- **Redes de Computadores:** são sistemas que permitem a comunicação entre computadores e dispositivos, permitindo o compartilhamento de recursos e informações. Exemplos incluem a Internet, redes locais (LANs) e redes sem fio (Wi-Fi).

- **Segurança da Informação:** Refere-se às medidas e práticas utilizadas para proteger os dados e sistemas de computadores contra acesso não autorizado, roubo, danos e outros tipos de ameaças.

Tipos de computadores

- **Desktops:** são computadores pessoais projetados para uso em um único local, geralmente composto por uma torre ou gabinete que contém os componentes principais, como processador, memória e disco rígido, conectados a um monitor, teclado e mouse.
- **Laptops (Notebooks):** são computadores portáteis compactos que oferecem as mesmas funcionalidades de um desktop, mas são projetados para facilitar o transporte e o uso em diferentes locais.
- **Tablets:** são dispositivos portáteis com tela sensível ao toque, menores e mais leves que laptops, projetados principalmente para consumo de conteúdo, como navegação na web, leitura de livros eletrônicos e reprodução de mídia.
- **Smartphones:** são dispositivos móveis com capacidades de computação avançadas, incluindo acesso à Internet, aplicativos de produtividade, câmeras de alta resolução, entre outros.
- **Servidores:** são computadores projetados para fornecer serviços e recursos a outros computadores em uma rede, como armazenamento de dados, hospedagem de sites, processamento de e-mails, entre outros.
- **Mainframes:** são computadores de grande porte projetados para lidar com volumes massivos de dados e processamento de transações em ambientes corporativos e institucionais, como bancos, companhias aéreas e agências governamentais.
- **Supercomputadores:** são os computadores mais poderosos e avançados, projetados para lidar com cálculos complexos e intensivos em dados, geralmente usados em pesquisa científica, modelagem climática, simulações e análise de dados.

CONHECIMENTO E UTILIZAÇÃO DOS PRINCIPAIS SOFTWARES UTILITÁRIOS (COMPACTADORES DE ARQUIVOS, CHAT, CLIENTES DE E-MAILS, REPRODUTORES DE VÍDEO, VISUALIZADORES DE IMAGEM, ANTIVÍRUS)

Os softwares utilitários são programas criados para realizar tarefas específicas que auxiliam o funcionamento e a organização dos sistemas computacionais. Eles não executam as funções principais do sistema, como edição de textos ou navegação na internet, mas são fundamentais para garantir segurança, desempenho e praticidade no uso do computador. Abaixo, são descritas as principais categorias desses utilitários, com explicações e exemplos.

COMPACTADORES DE ARQUIVOS

São programas utilizados para reduzir o tamanho de arquivos e pastas por meio de compressão. Também podem agrupar vários arquivos em um único pacote. Essa prática facilita o envio por e-mail, o armazenamento e a organização dos dados. Arquivos compactados ocupam menos espaço no disco e podem ser transferidos mais rapidamente. Além disso, é possível protegê-los com senha e dividi-los em partes menores para facilitar o transporte em mídias removíveis.

Exemplos:

- **WinRAR:** Muito usado para compactar e descompactar arquivos nos formatos .rar e .zip. Permite colocar senha e dividir arquivos grandes.
- **7-Zip:** Gratuito e de código aberto. Suporta vários formatos e é conhecido pela eficiência da compressão no formato .7z.
- **WinZip:** Um dos compactadores mais antigos, com interface amigável e recursos extras, como integração com serviços de nuvem.

PROGRAMAS DE CHAT

São aplicativos que permitem a comunicação rápida entre usuários, por meio de mensagens de texto, voz ou vídeo. Também permitem o envio de arquivos e links, além de integrarem recursos para reuniões e colaboração. A comunicação instantânea é essencial tanto no uso pessoal quanto no ambiente profissional. Esses programas tornam mais ágil o contato entre pessoas, equipes e setores.

Exemplos:

- **Microsoft Teams:** Muito usado em empresas e instituições de ensino. Suporta chats, chamadas, videoconferências e integração com ferramentas como o Word, Excel e Outlook.
- **Slack:** Voltado ao ambiente corporativo, organiza conversas por canais e integra ferramentas de produtividade e programação.
- **Telegram e WhatsApp Desktop:** Versões para computador dos populares apps de mensagens. Permitem troca de arquivos, chamadas e mensagens em tempo real.

CLIENTES DE E-MAIL

São programas usados para acessar, enviar e organizar e-mails, sem a necessidade de usar o navegador. Oferecem recursos mais avançados de gerenciamento do que os serviços de webmail. Facilitam a leitura e o envio de mensagens, principalmente quando o usuário possui mais de uma conta. Também oferecem recursos adicionais como agendas, contatos e tarefas.

Exemplos:

- **Microsoft Outlook:** Muito usado em ambientes corporativos. Integra e-mail, calendário, contatos e tarefas em uma única plataforma.
- **Mozilla Thunderbird:** Gratuito e de código aberto, oferece suporte a múltiplas contas e recursos como filtros, pastas e complementos.
- **Mail (macOS):** Cliente nativo dos computadores Apple. Simples e integrado ao sistema, oferece sincronização com outras ferramentas da Apple.

REPRODUTORES DE VÍDEO

São programas usados para abrir e assistir a vídeos nos mais variados formatos. Suportam arquivos de mídia armazenados localmente ou transmitidos por rede. Nem todos os formatos de vídeo são compatíveis com os recursos nativos do sistema operacional. Os reprodutores especializados oferecem compatibilidade ampla e mais controle sobre a reprodução.

Exemplos:

- **VLC Media Player:** Suporta quase todos os formatos de vídeo e áudio. Gratuito e muito popular por sua estabilidade e recursos avançados.
- **Windows Media Player:** Reprodutor padrão em versões do Windows. Suporta os formatos mais comuns e é integrado ao sistema.
- **KMPlayer:** Reproduz vídeos em alta definição (HD e 4K), com suporte a legendas e opções avançadas de controle.

VISUALIZADORES DE IMAGEM

São programas utilizados para visualizar fotos e imagens digitais. Alguns oferecem funções básicas de edição e organização. Permitem abrir rapidamente imagens em vários formatos, organizar coleções, e realizar ajustes simples sem a necessidade de softwares profissionais de edição.

Exemplos:

- **Visualizador de Fotos do Windows:** Aplicativo nativo, simples e prático para abrir imagens rapidamente.
- **IrfanView:** Leve, rápido e com suporte a vários formatos de imagem. Também possui ferramentas básicas de edição.
- **FastStone Image Viewer:** Além de visualizar, permite comparar, converter e fazer pequenas edições nas imagens.

ANTIVÍRUS

São programas que protegem o computador contra vírus e outras ameaças digitais, como malwares, trojans, spywares e ransomwares. Com o aumento de ameaças online, é fundamental manter o computador protegido para evitar perda de dados, invasões e danos ao sistema.

RACIOCÍNIO LÓGICO E MATEMÁTICO

RACIOCÍNIO LÓGICO E MATEMÁTICO: RESOLUÇÃO DE PROBLEMAS ENVOLVENDO FRAÇÕES

A habilidade de resolver problemas matemáticos é aprimorada através da prática e do entendimento dos conceitos fundamentais. A manipulação de números racionais, seja em forma fracionária ou decimal, mostra-se como um aspecto essencial. A familiaridade com essas representações numéricas e a capacidade de transitar entre elas são competências essenciais para a resolução de uma ampla gama de questões matemáticas.

Vejamos alguns exemplos:

1. (VUNESP)

Em um condomínio, a caixa d'água do bloco A contém 10 000 litros a mais de água do que a caixa d'água do bloco B. Foram transferidos 2 000 litros de água da caixa d'água do bloco A para a do bloco B, ficando o bloco A com o dobro de água armazenada em relação ao bloco B. Após a transferência, a diferença das reservas de água entre as caixas dos blocos A e B, em litros, vale

- (A) 4 000.
- (B) 4 500.
- (C) 5 000.
- (D) 5 500.
- (E) 6 000.

Resolução:

$$A = B + 10000 \quad (I)$$

$$\text{Transferidos: } A - 2000 = 2.B, \text{ ou seja, } A = 2.B + 2000 \quad (II)$$

Substituindo a equação (II) na equação (I), temos:

$$2.B + 2000 = B + 10000$$

$$2.B - B = 10000 - 2000$$

$$B = 8000 \text{ litros (no início)}$$

$$\text{Assim, } A = 8000 + 10000 = 18000 \text{ litros (no início)}$$

Portanto, após a transferência, fica:

$$A' = 18000 - 2000 = 16000 \text{ litros}$$

$$B' = 8000 + 2000 = 10000 \text{ litros}$$

Por fim, a diferença é de : $16000 - 10000 = 6000$ litros

Resposta: E.

2. (AOC)

Uma revista perdeu 1/5 dos seus 200.000 leitores.

Quantos leitores essa revista perdeu?

- (A) 40.000.
- (B) 50.000.
- (C) 75.000.
- (D) 95.000.
- (E) 100.000.

Resolução:

Observe que os 200.000 leitores representa o todo, daí devemos encontrar 1/5 desses leitores, ou seja, encontrar 1/5 de 200.000.

$$1/5 \times 200.000 = \frac{1 \times 200.000}{5} = \frac{200.000}{5} = 40.000$$

Desta forma, 40000 representa a quantidade que essa revista perdeu

Resposta: A.

3. (VUNESP)

Uma pessoa está montando um quebra-cabeça que possui, no total, 512 peças. No 1.º dia foram montados 5/16 do número total de peças e, no 2.º dia foram montados 3/8 do número de peças restantes. O número de peças que ainda precisam ser montadas para finalizar o quebra-cabeça é:

- (A) 190.
- (B) 200.
- (C) 210.
- (D) 220.
- (E) 230.

Resolução:

Neste exercício temos que 512 é o total de peças, e queremos encontrar a parte, portanto é a mesma forma de resolução do exercício anterior:

No 1.º dia foram montados 5/16 do número total de peças
Logo é 5/16 de 512, ou seja:

$$\frac{5}{16} \times 512 = \frac{5 \times 512}{16} = \frac{2560}{16} = 160$$

Assim, 160 representa a quantidade de peças que foram montadas no primeiro dia. Para o segundo dia teremos $512 - 160 = 352$ peças restantes, então devemos encontrar 3/8 de 352, que foi a quantidade montada no segundo dia.

$$\frac{3}{8} \times 352 = \frac{3 \times 352}{8} = \frac{1056}{8} = 132$$

Logo, para encontrar quantas peças ainda precisam ser montadas iremos fazer a subtração $352 - 132 = 220$.

Resposta: D.

4. (Pref. Maranguape/CE)

João gastou R\$ 23,00, equivalente a terça parte de 3/5 de sua mesada. Desse modo, a metade do valor da mesada de João é igual a:

- (A) R\$ 57,50;
(B) R\$ 115,00;
(C) R\$ 172,50;
(D) R\$ 68,50.

Resolução:

Vamos representar a mesada pela letra x .

Como ele gastou a terça parte (que seria $1/3$) de $3/5$ da mesada (que equivale a 23,00), podemos escrever da seguinte maneira:

$$\frac{1}{3} \cdot \frac{3}{5} x = \frac{x}{5} = 23 \rightarrow x = 23 \cdot 5 \rightarrow x = 115$$

Logo, a metade de 115 = $115/2 = 57,50$

Resposta: A.

5. (CESGRANRIO)

Certa praça tem 720 m^2 de área. Nessa praça será construído um chafariz que ocupará 600 dm^2 .

Que fração da área da praça será ocupada pelo chafariz?

- (A) $1/600$
(B) $1/120$
(C) $1/90$
(D) $1/60$
(E) $1/12$

Resolução:

$$600 \text{ dm}^2 = 6 \text{ m}^2$$

$$\frac{6}{720} = \frac{6}{6} = \frac{1}{120}$$

Resposta: B.

CONJUNTOS

Os conjuntos estão presentes em muitos aspectos da vida, seja no cotidiano, na cultura ou na ciência. Por exemplo, formamos conjuntos ao organizar uma lista de amigos para uma festa, ao agrupar os dias da semana ou ao fazer grupos de objetos. Os componentes de um conjunto são chamados de elementos, e para representar um conjunto, usamos geralmente uma letra maiúscula.

Na matemática, um conjunto é uma coleção bem definida de objetos ou elementos, que podem ser números, pessoas, letras, entre outros. A definição clara dos elementos que pertencem a um conjunto é fundamental para a compreensão e manipulação dos conjuntos.

► Símbolos importantes

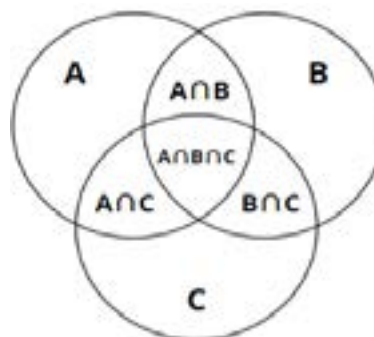
- $\in$: pertence
- $\notin$: não pertence
- $\subset$: está contido
- $\not\subset$: não está contido
- $\supset$: contém

- $\nexists$: não contém
- $/$: tal que
- $\Rightarrow$: implica que
- $\Leftrightarrow$: se, e somente se
- $\exists$: existe
- $\nexists$: não existe
- $\forall$: para todo(ou qualquer que seja)
- $\emptyset$: conjunto vazio
- $\mathbf{N}$: conjunto dos números naturais
- $\mathbf{Z}$: conjunto dos números inteiros
- $\mathbf{Q}$: conjunto dos números racionais
- $\mathbf{I}$: conjunto dos números irracionais
- $\mathbf{R}$: conjunto dos números reais

► Representações

Um conjunto pode ser definido:

- **Enumerando todos os elementos do conjunto.** Exemplo: $S = \{1, 3, 5, 7, 9\}$
- **Simbolicamente, usando uma expressão que descreva as propriedades dos elementos.** Exemplo: $B = \{x \in \mathbf{N} \mid x < 8\}$
- **Enumerando esses elementos temos.** Exemplo: $B = \{0, 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7\}$
- **Através do Diagrama de Venn que é uma representação gráfica que mostra as relações entre diferentes conjuntos, utilizando círculos ou outras formas geométricas para ilustrar as interseções e uniões entre os conjuntos.** Exemplo:



► Subconjuntos

Quando todos os elementos de um conjunto A pertencem também a outro conjunto B, dizemos que:

- A é subconjunto de B ou A é parte de B
- **A está contido em B escrevemos:** $A \subset B$
- **Se existir pelo menos um elemento de A que não pertence a B, escrevemos:** $A \not\subset B$

► Igualdade de conjuntos

Para todos os conjuntos A, B e C, para todos os objetos $x \in U$ (conjunto universo), temos que:

- $A = A$.
- Se $A = B$, então $B = A$.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

FUNDAMENTOS HISTÓRICOS, TEÓRICOS E METODOLÓGICOS DO SERVIÇO SOCIAL; CONSTRUÇÕES TEÓRICO-METODOLÓGICAS DO SERVIÇO SOCIAL

O Serviço Social é uma profissão que se destaca por sua atuação na defesa de direitos e na promoção da justiça social. O assistente social trabalha diretamente com indivíduos, grupos e comunidades, buscando melhorar suas condições de vida e acesso a direitos sociais básicos, como saúde, educação, habitação e trabalho. Seu papel é essencial na mediação de conflitos e na formulação de estratégias que combatam a desigualdade e a exclusão social.

Ao longo do tempo, a profissão de assistente social passou por diversas transformações, adaptando-se às mudanças sociais, políticas e econômicas. O Serviço Social, que inicialmente era visto como uma prática assistencialista, evoluiu para uma profissão crítica e propositiva, voltada para a construção de políticas públicas e a garantia dos direitos dos cidadãos, especialmente os mais vulneráveis.

Os assistentes sociais atuam em diferentes contextos, como na saúde, educação, sistema judiciário, previdência social e assistência social, entre outros. Essa amplitude de atuação reflete a importância da profissão no enfrentamento das problemáticas sociais que afetam as camadas mais desfavorecidas da população.

Além disso, o trabalho em equipes multi e interdisciplinares e a necessidade de uma atuação ética e fundamentada em legislações específicas, como o Código de Ética e a Lei nº 8.662/1993, reforçam o compromisso do assistente social com a transformação social. O uso da instrumentalidade na prática profissional também possibilita intervenções eficazes, orientadas por técnicas e métodos que permitem o diagnóstico e a ação precisa diante das complexas demandas sociais.

Significado Sócio-histórico da Profissão de Serviço Social

O Serviço Social é uma profissão que surgiu em um contexto de transformações profundas nas estruturas econômicas e sociais, particularmente ligadas ao avanço do capitalismo industrial e à urbanização. O surgimento da profissão reflete a necessidade de lidar com as consequências sociais dessas mudanças, como o aumento da pobreza, desigualdade, precariedade das condições de trabalho e exclusão social. Para compreender o significado do

Serviço Social, é fundamental olhar para o seu desenvolvimento sócio-histórico e como ele se configurou como uma prática voltada para a proteção social e a garantia de direitos.

1. Surgimento do Serviço Social no Mundo

O Serviço Social emergiu no final do século XIX e início do século XX, em países da Europa e nos Estados Unidos, como uma resposta às problemáticas sociais geradas pela Revolução Industrial. O crescimento acelerado das cidades, a exploração da classe trabalhadora e as condições degradantes de vida de boa parte da população urbana expuseram a necessidade de intervenções organizadas para mitigar os efeitos da pobreza e da desigualdade.

Nessa época, o Serviço Social estava fortemente vinculado a instituições de caridade e à Igreja, sendo caracterizado por um caráter assistencialista e filantrópico. A ação social tinha, inicialmente, um foco religioso e moral, voltada para a ajuda aos mais pobres, sem uma análise crítica das causas estruturais que geravam a exclusão social. A profissão buscava, em seus primórdios, “disciplinar” os comportamentos dos pobres e promovê-los socialmente, com base em normas e valores da moral burguesa.

Nos Estados Unidos, o surgimento da Case Work (trabalho de caso) e dos Settlement Houses (casas comunitárias) deu origem a práticas de intervenção social organizadas, que viriam a influenciar o desenvolvimento da profissão em outras partes do mundo, incluindo o Brasil.

2. O Serviço Social no Brasil: Contexto e Evolução

No Brasil, o Serviço Social começou a ser estruturado como profissão nas décadas de 1930 e 1940, em um contexto de industrialização crescente e consolidação do Estado Novo de Getúlio Vargas. A partir dessa época, o Brasil vivia mudanças econômicas significativas, com o crescimento das cidades e a ampliação das classes urbanas, ao mesmo tempo em que a questão social se tornava mais visível, especialmente nas áreas de saúde, habitação e trabalho.

O Serviço Social brasileiro foi influenciado pelas experiências europeias, especialmente as práticas assistencialistas e católicas vindas da Bélgica e da França. Nesse período, a profissão estava ligada às organizações caritativas e à Igreja Católica, tendo como foco o atendimento às demandas imediatas dos pobres, em um caráter de benevolência e moralidade cristã.

Essa fase assistencialista do Serviço Social no Brasil tinha como objetivo “aliviar” os problemas sociais, mas sem questionar profundamente suas causas estruturais.

A profissionalização formal do Serviço Social no Brasil se deu com a criação das primeiras escolas de Serviço Social. Em 1936, foi fundada a Escola de Serviço Social de São Paulo, vinculada à Igreja Católica, e em 1937 a Escola de Serviço Social do Rio de Janeiro. Ambas tiveram como objetivo formar assistentes sociais para atuar em instituições de caridade e no campo da assistência social voltada para a classe trabalhadora.

3. Transformações e Crítica ao Assistencialismo

A partir da década de 1960, o Serviço Social no Brasil começou a passar por um processo de crítica ao seu caráter assistencialista. Com a emergência de movimentos sociais e políticos, como o movimento operário e a luta pelos direitos civis e sociais, os profissionais do Serviço Social começaram a questionar sua função limitada à ajuda caritativa e começaram a adotar uma postura mais crítica e propositiva, orientada para a promoção de mudanças estruturais na sociedade.

Esse processo de reconstrução teórica do Serviço Social foi influenciado pela Teoria Crítica e pelo marxismo, que trouxeram novas ferramentas para a análise das desigualdades sociais e das condições de vida dos trabalhadores. O Serviço Social passou a ser entendido como uma profissão que, além de lidar com as demandas imediatas da população, deveria buscar a transformação social e o fortalecimento da cidadania.

Foi nesse contexto que a profissão começou a se distanciar das práticas meramente assistenciais, para assumir um papel de mediação entre as demandas sociais e as políticas públicas. O Código de Ética Profissional de 1993 consolidou essa visão crítica e progressista da profissão, orientando os assistentes sociais a atuar na defesa dos direitos humanos, na democratização das políticas públicas e na construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

4. O Serviço Social e as Políticas Públicas no Brasil Contemporâneo

Atualmente, o Serviço Social é uma profissão reconhecida como essencial para a formulação, execução e avaliação de políticas públicas no Brasil. O assistente social atua em diversas áreas, como saúde, educação, habitação, sistema judiciário, assistência social e previdência. Sua prática é guiada por uma análise crítica das causas estruturais da desigualdade social, trabalhando para reduzir as disparidades que afetam principalmente os grupos mais vulneráveis da sociedade.

O significado sócio-histórico da profissão é marcado por seu compromisso com a justiça social, a cidadania e a democratização das políticas públicas. No Brasil contemporâneo, o Serviço Social desempenha um papel fundamental na implementação de políticas sociais que garantem direitos básicos, como o acesso à saúde, educação, habitação e a proteção social de crianças, idosos, pessoas com deficiência e outros segmentos vulneráveis.

5. Desafios e Perspectivas para o Futuro

Apesar dos avanços, o Serviço Social ainda enfrenta desafios consideráveis no Brasil, como o subfinanciamento das políticas sociais, o aumento da desigualdade e a precarização do trabalho. Além disso, a profissão está em constante diálogo com as mudanças no contexto socioeconômico e político, que afetam diretamente a proteção social e a segurança dos direitos sociais.

A profissão precisa, portanto, manter seu compromisso com a análise crítica da realidade social e com a defesa dos direitos humanos, ao mesmo tempo em que adapta suas práticas para responder aos novos desafios impostos pela globalização, pelas crises econômicas e pelas transformações no mercado de trabalho.

Serviço Social e Sociedade

O Serviço Social desempenha um papel essencial na construção de uma sociedade mais justa e equitativa, atuando diretamente na mediação entre as demandas sociais e as respostas do Estado, das instituições e da sociedade civil. A profissão tem como compromisso a promoção da justiça social, a garantia de direitos e a redução das desigualdades, colocando o assistente social como um agente de transformação social.

A relação entre o Serviço Social e a sociedade é historicamente complexa e permeada por desafios. A profissão surge e se consolida como uma resposta às demandas sociais geradas pelas crises econômicas, pela industrialização, pela urbanização e pelas transformações no mercado de trabalho, que afetaram diretamente as condições de vida de amplos setores da população. O assistente social tem como objetivo mediar conflitos e buscar soluções coletivas e estruturadas para os problemas sociais, atuando tanto no nível individual quanto comunitário.

1. O Papel do Assistente Social na Sociedade

O assistente social tem um papel central na mediação das demandas sociais e na articulação de respostas adequadas através de políticas públicas e ações institucionais. A atuação desse profissional é diversa, abrangendo setores como saúde, educação, justiça, previdência e assistência social, entre outros.

A sociedade brasileira é marcada por profundas desigualdades sociais, econômicas e culturais, o que torna a atuação do assistente social indispensável na promoção de um processo de inclusão social. No cenário atual, os assistentes sociais lidam diretamente com as consequências da desigualdade, como o aumento da pobreza, o desemprego, a precariedade das condições de trabalho, a violência e a exclusão de grupos vulneráveis.

Os segmentos mais afetados por essas desigualdades incluem:

- Crianças e adolescentes em situação de risco.
- Idosos e pessoas com deficiência, muitas vezes desamparados ou com acesso limitado a cuidados e direitos.

LEGISLAÇÃO

REGIME JURÍDICO DOS SERVIDORES PÚBLICOS CIVIS DA UNIÃO - LEI Nº 8.112/1990

LEI Nº 8.112, DE 11 DE DEZEMBRO DE 1990

Dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais.

PUBLICAÇÃO CONSOLIDADA DA LEI Nº 8.112, DE 11 DE DEZEMBRO DE 1990, DETERMINADA PELO ART. 13 DA LEI Nº 9.527, DE 10 DE DEZEMBRO DE 1997.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

TÍTULO I

CAPÍTULO ÚNICO DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º Esta Lei institui o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis da União, das autarquias, inclusive as em regime especial, e das fundações públicas federais.

Art. 2º Para os efeitos desta Lei, servidor é a pessoa legalmente investida em cargo público.

Art. 3º Cargo público é o conjunto de atribuições e responsabilidades previstas na estrutura organizacional que devem ser cometidas a um servidor.

Parágrafo único. Os cargos públicos, acessíveis a todos os brasileiros, são criados por lei, com denominação própria e vencimento pago pelos cofres públicos, para provimento em caráter efetivo ou em comissão.

Art. 4º É proibida a prestação de serviços gratuitos, salvo os casos previstos em lei.

TÍTULO II DO PROVIMENTO, VACÂNCIA, REMOÇÃO, REDISTRIBUIÇÃO E SUBSTITUIÇÃO

CAPÍTULO I DO PROVIMENTO

SEÇÃO I DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 5º São requisitos básicos para investidura em cargo público:

- I - a nacionalidade brasileira;
- II - o gozo dos direitos políticos;

- III - a quitação com as obrigações militares e eleitorais;
- IV - o nível de escolaridade exigido para o exercício do cargo;
- V - a idade mínima de dezoito anos;
- VI - aptidão física e mental.

§1º As atribuições do cargo podem justificar a exigência de outros requisitos estabelecidos em lei.

§2º As pessoas portadoras de deficiência é assegurado o direito de se inscrever em concurso público para provimento de cargo cujas atribuições sejam compatíveis com a deficiência de que são portadoras; para tais pessoas serão reservadas até 20% (vinte por cento) das vagas oferecidas no concurso.

§3º As universidades e instituições de pesquisa científica e tecnológica federais poderão prover seus cargos com professores, técnicos e cientistas estrangeiros, de acordo com as normas e os procedimentos desta Lei. (Incluído pela Lei nº 9.515, de 20.11.97)

Art. 6º O provimento dos cargos públicos far-se-á mediante ato da autoridade competente de cada Poder.

Art. 7º A investidura em cargo público ocorrerá com a posse.

Art. 8º São formas de provimento de cargo público:

- I - nomeação;
- II - promoção;
- III - (Revogado pela Lei nº 9.527, de 10.12.97)
- IV - (Revogado pela Lei nº 9.527, de 10.12.97)
- V - readaptação;
- VI - reversão;
- VII - aproveitamento;
- VIII - reintegração;
- IX - recondução.

SEÇÃO II DA NOMEAÇÃO

Art. 9º A nomeação far-se-á:

I - em caráter efetivo, quando se tratar de cargo isolado de provimento efetivo ou de carreira;

II - em comissão, inclusive na condição de interino, para cargos de confiança vagos. (Redação dada pela Lei nº 9.527, de 10.12.97)

Parágrafo único. O servidor ocupante de cargo em comissão ou de natureza especial poderá ser nomeado para ter exercício, interinamente, em outro cargo de confiança, sem prejuízo das atribuições do que atualmente ocupa, hipótese em que deverá optar pela remuneração de um deles durante o período da interinidade. (Redação dada pela Lei nº 9.527, de 10.12.97)

Art. 10. A nomeação para cargo de carreira ou cargo isolado de provimento efetivo depende de prévia habilitação em concurso público de provas ou de provas e títulos, obedecidos a ordem de classificação e o prazo de sua validade.

Parágrafo único. Os demais requisitos para o ingresso e o desenvolvimento do servidor na carreira, mediante promoção, serão estabelecidos pela lei que fixar as diretrizes do sistema de carreira na Administração Pública Federal e seus regulamentos. (Redação dada pela Lei nº 9.527, de 10.12.97)

SEÇÃO III DO CONCURSO PÚBLICO

Art. 11. O concurso será de provas ou de provas e títulos, podendo ser realizado em duas etapas, conforme dispuserem a lei e o regulamento do respectivo plano de carreira, condicionada a inscrição do candidato ao pagamento do valor fixado no edital, quando indispensável ao seu custeio, e ressalvadas as hipóteses de isenção nele expressamente previstas. (Redação dada pela Lei nº 9.527, de 10.12.97) (Regulamento)

Art. 12. O concurso público terá validade de até 2 (dois) anos, podendo ser prorrogado uma única vez, por igual período.

§1º O prazo de validade do concurso e as condições de sua realização serão fixados em edital, que será publicado no Diário Oficial da União e em jornal diário de grande circulação.

§2º Não se abrirá novo concurso enquanto houver candidato aprovado em concurso anterior com prazo de validade não expirado.

SEÇÃO IV DA POSSE E DO EXERCÍCIO

Art. 13. A posse dar-se-á pela assinatura do respectivo termo, no qual deverão constar as atribuições, os deveres, as responsabilidades e os direitos inerentes ao cargo ocupado, que não poderão ser alterados unilateralmente, por qualquer das partes, ressalvados os atos de ofício previstos em lei.

§1º A posse ocorrerá no prazo de trinta dias contados da publicação do ato de provimento. (Redação dada pela Lei nº 9.527, de 10.12.97)

§2º Em se tratando de servidor, que esteja na data de publicação do ato de provimento, em licença prevista nos incisos I, III e V do art. 81, ou afastado nas hipóteses dos incisos I, IV, VI, VIII, alíneas "a", "b", "d", "e" e "f", IX e X do art. 102, o prazo será contado do término do impedimento. (Redação dada pela Lei nº 9.527, de 10.12.97)

§3º A posse poderá dar-se mediante procuração específica.

§4º Só haverá posse nos casos de provimento de cargo por nomeação. (Redação dada pela Lei nº 9.527, de 10.12.97)

§5º No ato da posse, o servidor apresentará declaração de bens e valores que constituem seu patrimônio e declaração quanto ao exercício ou não de outro cargo, emprego ou função pública.

§6º Será tornado sem efeito o ato de provimento se a posse não ocorrer no prazo previsto no §1º deste artigo.

Art. 14. A posse em cargo público dependerá de prévia inspeção médica oficial.

Parágrafo único. Só poderá ser empossado aquele que for julgado apto física e mentalmente para o exercício do cargo.

Art. 15. Exercício é o efetivo desempenho das atribuições do cargo público ou da função de confiança. (Redação dada pela Lei nº 9.527, de 10.12.97)

§1º É de quinze dias o prazo para o servidor empossado em cargo público entrar em exercício, contados da data da posse. (Redação dada pela Lei nº 9.527, de 10.12.97)

§2º O servidor será exonerado do cargo ou será tornado sem efeito o ato de sua designação para função de confiança, se não entrar em exercício nos prazos previstos neste artigo, observado o disposto no art. 18. (Redação dada pela Lei nº 9.527, de 10.12.97)

§3º À autoridade competente do órgão ou entidade para onde for nomeado ou designado o servidor compete dar-lhe exercício. (Redação dada pela Lei nº 9.527, de 10.12.97)

§4º O início do exercício de função de confiança coincidirá com a data de publicação do ato de designação, salvo quando o servidor estiver em licença ou afastado por qualquer outro motivo legal, hipótese em que recairá no primeiro dia útil após o término do impedimento, que não poderá exceder a trinta dias da publicação. (Incluído pela Lei nº 9.527, de 10.12.97)

Art. 16. O início, a suspensão, a interrupção e o reinício do exercício serão registrados no assentamento individual do servidor.

Parágrafo único. Ao entrar em exercício, o servidor apresentará ao órgão competente os elementos necessários ao seu assentamento individual.

Art. 17. A promoção não interrompe o tempo de exercício, que é contado no novo posicionamento na carreira a partir da data de publicação do ato que promover o servidor. (Redação dada pela Lei nº 9.527, de 10.12.97)

Art. 18. O servidor que deva ter exercício em outro município em razão de ter sido removido, redistribuído, requisitado, cedido ou posto em exercício provisório terá, no mínimo, dez e, no máximo, trinta dias de prazo, contados da publicação do ato, para a retomada do efetivo desempenho das atribuições do cargo, incluído nesse prazo o tempo necessário para o deslocamento para a nova sede. (Redação dada pela Lei nº 9.527, de 10.12.97)

§1º Na hipótese de o servidor encontrar-se em licença ou afastado legalmente, o prazo a que se refere este artigo será contado a partir do término do impedimento. (Parágrafo renumerado e alterado pela Lei nº 9.527, de 10.12.97)

§2º É facultado ao servidor declinar dos prazos estabelecidos no caput. (Incluído pela Lei nº 9.527, de 10.12.97)

Art. 19. Os servidores cumprirão jornada de trabalho fixada em razão das atribuições pertinentes aos respectivos cargos, respeitada a duração máxima do trabalho semanal de quarenta horas e observados os limites mínimo e máximo de seis horas e oito horas diárias, respectivamente. (Redação dada pela Lei nº 8.270, de 17.12.91)

§1º O ocupante de cargo em comissão ou função de confiança submete-se a regime de integral dedicação ao serviço, observado o disposto no art. 120, podendo ser convocado sempre que houver interesse da Administração. (Redação dada pela Lei nº 9.527, de 10.12.97)

§2º O disposto neste artigo não se aplica a duração de trabalho estabelecida em leis especiais. (Incluído pela Lei nº 8.270, de 17.12.91)

Art. 20. Ao entrar em exercício, o servidor nomeado para cargo de provimento efetivo ficará sujeito a estágio probatório por período de 24 (vinte e quatro) meses, durante o qual a sua aptidão e capacidade serão objeto de avaliação para o desempenho do cargo, observados os seguintes fatores: (vide EMC nº 19) (Vide Decreto nº 12.374, de 2025)